



## RELATO DE PESQUISA DE MESTRADO SOBRE AS GÍRIAS EM LETRAS DE RAP EM RIO BRANCO

Maria Jucilandia Vanderlei Cavalcante<sup>1</sup>

### RESUMO

O relato traz uma reflexão acerca da minha escolha do tema de dissertação de mestrado. Enquanto professora e pesquisadora negra, escolhi como tema de dissertação de mestrado “Os neologismos populares em letras dos grupos de *rap* de Rio Branco: Kalibre 12, Zona IX e Yaconawas”. Embora se trate de um estudo e análise da linguagem, decidimos produzir um trabalho sobre o *rap* regional, com o objetivo de contribuir para a quebra de preconceitos no meio acadêmico e trazer reflexões sobre o lugar do negro na sociedade. A partir do entendimento de que o *hip hop* é um movimento de cunho social, político e cultural fundamentalmente negro e, tendo em vista que o *rap* é considerado uma de suas expressões artísticas, separamos um capítulo da dissertação para discorrer sobre o movimento *hip hop*, *breves conceitos*, *origem*, *chegada ao Acre* e suas expressões artísticas. Por fim, partindo do entendimento de que o *rap* possui caráter identitário de origem da música negra, procuramos dar mais visibilidade ao tema como forma de resistência contra preconceitos e discriminações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relato. Pesquisa. Mestrado. Rap

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da pesquisa de mestrado, situada no campo da lexicologia cujo objetivo geral foi discorrer sobre os neologismos/gírias presentes nas letras de música do gênero rap na cidade de Rio Branco, Acre.

Embora a pesquisa tenha um viés lingüístico, nos preocupamos em desenvolver um capítulo sobre o movimento Hip Hop, breves conceitos, origem, chegada ao Acre e suas expressões artísticas. Este capítulo em especial, surgiu a partir da observação de um constante preconceito em torno dos negros do Acre e da cultura musical do rap na cidade de Rio Branco.

A partir deste momento, surgiu a ideia de realizarmos novas pesquisas concernentes à história do rap na cidade de Rio Branco, temática esta que pouco interessava ao meio

---

<sup>1</sup> Professora de Língua Francesa na Universidade Federal do Acre, graduada em Letras Francês/Português – UFAC e mestra em Letras: Linguagem e Identidade – UFAC. [profjucifrances@gmail.com](mailto:profjucifrances@gmail.com)



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

acadêmico tendo em vista o vasto preconceito existente em torno do gênero musical e de suas letras, já que se trata sumariamente da história de negros com classe social baixa, freqüentemente esquecidos pela sociedade.

Neste sentido, o presente artigo é resultado de um processo no qual buscamos aprofundar, discorrendo sobre o percurso da pesquisa sobre o rap e o negro em Rio Branco, além de contextualizar sobre as questões afrodescendentes, sua resistência através do gênero musical de suas letras e do preconceito existente até os dias atuais.

Desse modo, procuramos dar mais visibilidade ao tema, como forma de resistência contra preconceitos e discriminações sociais e raciais, partindo do entendimento de que o Hip Hop é um movimento de cunho social, político e cultural fundamentalmente negro, tendo em vista que o *rap* é considerado uma de suas expressões artísticas e possui caráter identitário de origem da música negra.

Com forte expressão de resistência negra e cultural parecida com o rap, Eric Hobsbawm explica, que “a paixão ou adesão do povo ao jazz não acontecia apenas porque as pessoas gostavam do som, mas por ser uma conquista cultural de uma minoria dentro da ortodoxia cultural e social das quais elas tanto diferiam.” (ROCHA *et al*, 2001, p.133). É nesse mesmo sentido que compreendemos o poder e força de representação do rap cuja raiz, derivada do Hip Hop, teria iniciado ainda durante a escravidão, haja vista que os escravos viam na música uma forma de união e manutenção dos laços afetivos com os lugares a que pertenciam. Assim, eles encontravam na música “liberdade” de se expressar, superando a dor e sofrimento através dela:

Embora tenha surgido na América inicialmente, as raízes do Hip Hop permeiam a África. Para Earl (2013), Hip Hop e África estão intrinsecamente ligados. Ele diz que o ritmo dos tambores, que são marcas da música africana, se assemelha às batidas do *rap*. O autor ressalta ainda que a trajetória do *hip hop* na América tem início na época da escravidão, tendo em vista que os negros africanos eram levados para lá, obrigados a trabalhar para seus senhores e recebiam um tratamento desumano. Desse modo, envoltos a tanto sofrimento, os africanos escravizados achavam na música um meio de se sentirem mais próximos uns dos outros e mais perto de casa, achavam na música uma forma de se fortalecerem e de superar a dor. (EARL, 2013 *apud* CAVALCANTE, 2017, p. 52;53)

A resistência a que nos referimos foi proveniente do processo de escravidão no Brasil que explorava cruelmente seres humanos, ancorados na visão de “inferioridade racial”. Essa

exploração perdurou mais de trezentos anos, de modo que a maior parte da produção do Brasil era advinda do trabalho de escravos que povoaram pequenas e grandes cidades brasileiras, tratados como objetos, trabalhando de sol a sol com poucas horas de descanso, onde exerciam atividades nas quais a classe composta por pessoas brancas se recusava a exercer. A escravidão estava presente em diversas camadas sociais, não se limitando apenas à nobreza, mas sendo comum entre padres, artesãos, funcionários públicos e até mesmo ex-escravos que contribuíram ativamente com a escravidão dos demais.

O trabalho escravo basicamente formou o Brasil, mas ao invés de prestígio e reconhecimento aos negros, observamos uma sociedade dividida e com grandes desigualdades econômicas, sociais e raciais como consequência da escravidão, onde ser negro era, sobretudo, não possuir valor nem vontade própria, inclusive a de decidir sobre sua vida ou sobre a vida de seus filhos que já nasciam escravos e que em alguns casos, eram concebidos por estupros praticados pelo próprio patrão. O poder sobre o corpo negro estendia-se aos constantes abusos sexuais e a violência física, transparecendo a crueldade a partir da objetificação dos corpos.

Não podemos esquecer que na medida em que se formava a sociedade escravocrata, estava se formando também o racismo no Brasil, pois segundo Albuquerque (2006, p.68), o racismo se fundou no momento em que a sociedade se dividia ao tratar negros e mestiços como inferiores aos brancos europeus. Esse sistema escravocrata, criado para a exploração econômica, acabou oprimindo e separando homens em classes e raças.

Corpos negros geralmente não possuíam qualquer direito, exceto em raros casos. Assim, a escravidão, segundo Albuquerque (2006, p. 66), teria significado muito mais que um sistema econômico, na medida em que moldava condutas e estabelecia as desigualdades sociais e raciais entre os homens, além de estabelecer “quem nascia para mandar e quem nascia para obedecer”.

Mais de trezentos anos de escravidão no Brasil, não passaram ilesos. Foram anos marcados por sangue, desesperança, sofrimento e dor. A pressão exterior que impunha o fim da escravidão ecoava no Brasil e deu início a uma série de pensamentos que futuramente levariam a libertação.



Dentre os avanços que levaram à abolição da escravatura, podemos citar a Lei de nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como a Lei do Ventre Livre que concedia a liberdade à crianças recém-nascidas de mulheres escravas e ao pecúlio que concedia aos escravos o direito de comprar sua liberdade. Outro importante avanço foi o movimento abolicionista durante as décadas de 1870 e 1880 que contribuiu ativamente na crítica à escravidão e nas fugas de escravos. Skidmore (2012, p. 44) cita que “muitos rapazes se dispuseram a desafiar a ordem política e cultural. Alguns foram logo absorvidos pelo sistema, mas outros mantiveram a postura crítica”. E por fim, a Lei Áurea promulgada em 13 de maio de 1888 que deu fim à escravidão no Brasil.

De acordo com Prandi (2000, p. 58), com o fim da escravidão, “o Brasil já era então um país de brancos e negros, [...] apenas brasileiros, como os mulatos, que representam bem essa mistura”. Porém, mesmo após o fim da escravidão, a paz selada entre a nação continuava ancorada na visão europeia de superioridade racial e atuando fortemente no preconceito.

Esse novo momento pós-abolição é então marcado por consecutivas lutas no que diz respeito ao espaço de negros na sociedade bem como de grandes contribuições da cultura africana que segundo Prandi (2000), foi aos poucos se misturando e formando a cultura nacional através da língua, culinária, música, religião e cultura.

No entanto, abolir a escravidão não representou o fim da desigualdade racial, pois como sabemos, existe um grande preconceito no que concerne às questões raciais, visto que negros frequentemente são vistos de forma estereotipada e preconceituosa, de modo que o negro é sempre relacionado a marginalidade e a violência.

## **2 O CORPUS DA PESQUISA E O PROFESSOR NEGRO NA LUTA POR RECONHECIMENTO**

Durante as pesquisas realizadas, percebemos que tratar de temáticas relacionadas a negros ainda é um tema que pouco instiga interesse em pesquisadores, sendo ocasionalmente um assunto pouco falado ou quando é falado, geralmente coloca o negro na posição de vítima da sociedade como se os mesmos não tivessem força de vontade ou seu próprio espaço.



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

Observando estas questões, realizamos uma breve pesquisa onde sentimos a necessidade de trabalhar com a temática negra, mas não no sentido estereotipado que as academias e a sociedade geralmente os definem, mas de estudar e mostrar um espaço pouco conhecido da história e cultura negra.

Neste sentido, decidimos pesquisar o rap na cidade de Rio Branco como forma de constatar a resistência e força dos negros no Acre, bem como seu legado, conquistas e histórias de vida transmitidas através das letras e das entrevistas orais concedidas.

Vivemos em uma sociedade onde o preconceito é tão latente que transpassa os muros institucionais. Há poucos negros nas instituições acadêmicas, assim como há poucas obras de negros reconhecidas e poucos personagens negros na história e literatura, o que indica um marcante racismo institucional.

De fato, há uma demasiada rejeição no que concerne aos negros na condição de sujeito que cria o conhecimento, omitindo seus trabalhos ou ocultando suas inúmeras contribuições no decorrer da história, cultura e religiosidade brasileira tão pouco valorizadas e encobertas pelo preconceito racial.

Segue-se essa mesma lógica em publicações de trabalhos escritos por negros ou que valorizem a cultura negra, onde poucos escritores conquistam a valorização de seus trabalhos. Isso pode ser embasado a partir de uma breve pesquisa em livrarias locais e nacionais, onde é possível observar a desigualdade existente entre brancos e negros através das obras expostas.

Há uma invisibilidade latente do negro tanto como sujeito de obras literárias e infantis quanto como sujeito que escreve a própria história. Neste sentido, é desanimador observar que tendo o Brasil recebido um grande número de imigrantes africanos e sendo um dos países mais miscigenados do mundo ainda exista um forte preconceito que se omite através do mascaramento da invisibilidade racial.

Atitudes racistas são quase sempre apoiadas por crenças enormemente erradas a respeito dos Outros como um grupo. Acima de tudo a hostilidade é crueldade baseada em algo que os Outros não têm poder de mudar. Na medida em que os outros são levados a crer que isso deve ter um fundamento, o que tragicamente, acontece às vezes, isso vai direto ao coração de sua identidade: eles, e todos de que vieram, são irremediavelmente inferiores. (LEVINE; PATAKI, 2005, p.44).



Apesar de ser considerada uma conduta errada e que influencia diretamente destruindo a autoestima do próximo, atitudes preconceituosas e racistas são diariamente vividas no âmbito das universidades federais seja na relação aluno/professor, professor/aluno, aluno/aluno e ainda professor/professor.

Práticas como essas mostram a fragilidade das leis e a necessidade diária de intervenção no que se refere ao uso do conhecimento para coibir e punir posicionamentos racistas e discriminatórios. Neste sentido, apesar de todos os avanços previstos em leis, podemos perceber que o negro nas universidades ainda faz parte de um quadro reduzido:

Apesar dessas políticas, o Censo da Educação Superior de 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação, revela que os negros ainda são minoria no ensino superior. A pesquisa pediu que os professores da rede pública e privada de ensino, fizessem por meio de um questionário, uma auto declaração de raça. Os dados apontam, por exemplo, que 0,4 dos docentes na pós-graduação são mulheres negras. Em termos numéricos, isso representa 219 mulheres negras no topo da carreira acadêmica no Brasil. Em contraponto, são 13.198 homens brancos ocupando a mesma posição, representando 24% do total de mais de 53 mil docentes nos cursos de mestrado, doutorado e especialização. (CARMONA, 2018).

Esses apontamentos nos revelam uma representatividade muito baixa no que diz respeito à presença de negros no quadro docente das universidades brasileiras em um país majoritariamente miscigenado ou negro.

O que podemos observar é que da formação do professor até o professor formador há um longo caminho de dificuldades e exclusão a ser trilhado pelo negro que decide percorrer os caminhos da educação de nível superior que necessita de demasiada força e persistência.

## 2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PESQUISA: O RAP EM RIO BRANCO

Quanto ao tocante da pesquisa, percebemos que cultura da música negra (rap) surgiu no cenário artístico-cultural como uma forma de luta da juventude negra e periférica onde de acordo com Pinho (2011, p.101), o rap estaria diretamente relacionado ao caráter étnico-político já que a música negra traria em si muitas reflexões com a política vigente onde a



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

crítica e o discurso do rap “expõe uma nova insurgência do sujeito afro-brasileiro modificando o pensamento tal como o sentido, isto é, a consciência prática”.

Esta consciência prática, expressada através das letras de rap, pode ser entendida como uma forma de resistência negra onde a periferia mostra sua força através da crítica racional do pensamento contra a política estabelecida.

Outro importante ponto a se destacar é o explícito preconceito que envolve a cultura negra em uma sociedade que define o que seria a música popular brasileira através de uma política que silencia e desvaloriza a voz do negro que se expressa pela música rap. Assim, o discurso cultural brasileiro favorece as “músicas brancas” já que não representariam uma ameaça à política e ao poder instituído.

A insurgência do discurso do rap na chamada “América negra” teria ainda acontecido, segundo Pinho (2011, p. 102) a partir da interrelação de múltiplas formas culturais que posteriormente, deram início ao rap brasileiro e transformaram o sujeito afrodescendente em “protagonista e usuário da sua própria cultura” que grita a partir das batidas e letras, no qual sintetiza o mundo negro e expressa a sua resistência através da liberdade de expressão.

Também não podemos esquecer que a visão eurocêntrica possui forte relação com o racismo que posteriormente impregnou na sociedade brasileira a visão do secundarismo da cultura musical negra a partir de uma visível criminalização da cultura que muitas vezes é concebida pelas autoridades enquanto uma forma de vandalismo social, censurando shows e letras, principalmente as de cunho político que produzem críticas ao sistema em que vivemos.

Atitudes como essas são visivelmente formas de opressão e preconceito à cultura negra que tem como eixo central a periferia das cidades e está comprometida com as áreas esquecidas pelo poder público onde vivem as populações afro-descendentes.

De acordo com Viana (2011, p. 125) “o rap, nesse caso, auxiliaria no rompimento com as invisibilidades à qual estariam historicamente relegados os afro-descendentes e sua cultura”. Em outras palavras, mais que resistência, o rap representaria a união, força negra, a realidade vivida, denúncias, a busca por uma vida mais justa e a esperança.

É dentro deste contexto que surgiu o rap na cidade de Rio Branco, ainda em 1980, através dos grupos de break que se inspiravam no filme *Break Dance*.



## Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

Assim como nas demais localidades do Brasil e do mundo, o rap da cidade de Rio Branco nasceu em bairros com população predominantemente pobre e em sua grande maioria negra e jovem.

Apesar de o rap em Rio Branco possuir um percurso histórico de quase quarenta anos, somente em 2013, é que pudemos observar o início do reconhecimento da cultura da música afrodescendente no Acre através da Lei municipal de nº 2.022/2013 que instituiu a semana do rap na cidade de Rio Branco, onde ocorrem encontros esporádicos com apresentações de rap, break, grafite e outros.

Sendo mundialmente reconhecido como a voz da periferia, o rap tem contemplado gradualmente outras camadas sociais na medida em que discute através de suas letras não apenas os problemas enfrentados na periferia, mas os problemas sociais e políticos do Brasil, levando a uma reflexão crítica e profunda para a sociedade em geral.

Outra característica importante observada nas bandas de rap Kalibre 12, Yaconawas e Zona IX é o fato de que além de exercerem a resistência e cultura através de suas letras e músicas, há uma marcante preocupação em modificar não apenas o meio em que vivem, mas as próprias instituições onde realizam trabalhos voluntários e sociais nas ruas e em institutos sócio educativos de Rio Branco através da arte, dança e música daqueles que já não possuem o direito integral da liberdade do corpo, mas que transformam a realidade através da expressão artística.

O rap em Rio Branco vem historicamente quebrando paradigmas e visões ultrapassadas que instituem o negro da favela enquanto sujeito alienado que causa grandes conflitos sociais, principalmente os que concernem as questões da violência. Do contrário, podemos observar que a união e resistência apresentadas pelo rap tem dado espaço a grandes transformações sociais, na medida em que retiram os jovens da ociosidade e os conduzem a uma profissão artístico-cultural que expressa sua realidade e os desejos de uma vida melhor e mais igualitária.

Neste sentido, durante as pesquisas realizadas, compreendemos que mais do que um gênero musical formado por negros, “O RAP luta contra a discriminação racial e os preconceitos existentes [...], construindo críticas e produzindo reflexões dos problemas cotidianos ao ouvinte.” (CAVALCANTE, 2017, p. 61).





# Revista Em Favor de Igualdade Racial

ISSN: 2595-4911

Infelizmente, mesmo após o fim da escravidão ainda é necessário uma verdadeira mobilização e luta diária para a garantia dos direitos mínimos de igualdade para as populações afrodescendentes que mostram sua força e resistência diariamente e que são verdadeiros exemplos de inspiração social. O rap grita a voz da periferia e seus abusos sofridos, desconstruindo preconceitos e conquistando cada dia mais espaço. Rap é resistência.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlanrya; FRAGA, Walter Filho. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

CAVALCANTE, Maria Jucilandia Vanderlei Cavalcante. **Os neologismos populares em letras dos grupos de rap de Rio Branco: Kalibre 12, Zona IX e Yaconawas**. Rio Branco, 2017.

LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (orgs). **Racismo em mente**. Madras Editora Ltda., 2005.

CARMONA, Elainy. Onde estão os negros nas universidades? <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2018/11/onde-estao-os-negros-nas-universidades>. Acesso em: 12 de janeiro de 2019.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. Revista USP, São Paulo, nº46, p.52-65, junho/agosto 2000.

ROCHA, Janaina; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. **Hip Hop**. A periferia grita. 1ª edição, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

PINHO, Osmundo; ROCHA, Eduardo. Racionais MC's: Cultura afro-brasileira contemporânea como política cultural. Disponível em: [https://docgo.net/viewdoc.html?utm\\_source=racionais-mc-s-cultura-afro-brasileira-contemporanea-como-politica-cultural](https://docgo.net/viewdoc.html?utm_source=racionais-mc-s-cultura-afro-brasileira-contemporanea-como-politica-cultural). 2011. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

VIANA, Cíntia Camargo. Literatura afro-brasileira contemporânea: o rap como possibilidade. IPOTese, Juiz de Fora. Vol 15. Nº2. Jul/dez 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaiptotesi/files/2011/05/14-Literatura-afro-brasileira-contempor%C3%A2nea-Iptotesi-15-espec.pdf> Acesso em 14 de janeiro de 2019.